

# A LINGUÍSTICA EM DIÁLOGO

VOLUME  
COMEMORATIVO  
DOS 40 ANOS  
DO CENTRO  
DE LINGUÍSTICA  
DA UNIVERSIDADE  
DO PORTO

COMISSÃO ORGANIZADORA

João Veloso

Joana Guimarães

Purificação Silvano

Rui Sousa-Silva

40

*anos*



TÍTULO	A Linguística em diálogo Volume comemorativo dos 40 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto
COORDENAÇÃO	João Veloso Joana Guimarães Purificação Silvano Rui Sousa-Silva
EDITOR	Centro de Linguística da Universidade do Porto
ANO DE EDIÇÃO	2018
CONCEÇÃO GRÁFICA	Invulgar - Artes Gráficas, S.A.
TIRAGEM	200 exemplares
ISBN	978-989-54104-3-9
DEPÓSITO LEGAL	<b>443246/18</b>

A publicação deste volume contou com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através do financiamento atribuído ao Centro de Linguística da Universidade do Porto ao abrigo do Fundo de Reestruturação de Unidades 2016 - Ref<sup>a</sup> UID/LIN/0022/2016.

# AS LEITURAS FUTURATIVAS DO PRESENTE DO INDICATIVO E A NOÇÃO DE COERÇÃO TEMPORAL

Luís Filipe Cunha<sup>1</sup>

luisfilipeitecunha@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. Este nosso trabalho visa fornecer algumas pistas para um tratamento adequado dos casos em que o Presente do Indicativo recebe leituras futurativas em Português Europeu. Procuraremos demonstrar que uma análise que sustenta que este tempo gramatical representa a expressão do “não passado”, tal como a desenvolvida por Giannakidou (2014) para o Grego e para o Italiano, se revela insuficiente para dar conta do que se passa em PE, sobretudo porque parece não existir uma ambiguidade sistemática entre leituras futurativas e não futurativas e porque nem todas as predicções podem ser projetadas para um intervalo posterior ao momento da enunciação quando perspetivadas pelo Presente. Nessa medida, aduziremos alguns argumentos em favor da ideia de que o Presente do Indicativo, nas interpretações que envolvem posterioridade, se encontra sujeito a algum tipo de coerção ou de mudança temporal, constituindo-se esta, em certa medida, como uma leitura de natureza “derivada”.

---

<sup>1</sup> Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do QREN – POPH – Tipologia 4.1. – Formação avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC.

**PALAVRAS-CHAVE:** Semântica, relações temporais, futuridade, Presente do Indicativo, coerção.

**ABSTRACT.** The main goal of this paper is to provide cues for an appropriate treatment of the futurate readings that arise in some contexts with the *Presente do Indicativo* (Simple Present) in European Portuguese. I will try to demonstrate that an analysis based on the past vs. non-past distinction, such as the one developed by Giannakidou (2014) to explain contrasts in Greek and Italian, is not sufficient to account for the European Portuguese data since there is not a systematic ambiguity between future and non-future readings with the present tense in EP and because not all predicates can be located in an interval subsequent to the utterance time when they combine with the tense under analysis. In this regard, I will adduce some arguments in favour of a treatment in which the *Presente do Indicativo* (Simple Present) is temporally “coerced” (or, more appropriately, undergoes some temporal shift) in order to provide future information. In this perspective, the “furate present” comes about as a “derived” temporal reading.

**KEYWORDS:** Semantics, temporal relations, futurates, Simple Present, temporal shift.

## 1 – Introdução

Em línguas como o Português, é relativamente fácil encontrar estruturas em que o Presente do Indicativo veicula uma relação temporal de posterioridade, tal como ilustrado em exemplos como os de (1)-(4):

- (1) Começa amanhã, em Lisboa, a reunião da Plataforma Europeia de Autoridades Reguladoras (EPRA) que irá discutir a possibilidade de criação de uma entidade que centralize a aplicação da directiva europeia Televisão sem Fronteiras. (*CetemPúblico*, par=ext63889-clt-97b-4)
- (2) As cidades de Évora e Ilha de Moçambique, ambas classificadas como património mundial, assinam amanhã na localidade africana um protocolo de geminação. (*CetemPúblico*, par=ext1068048-soc-97a-2)
- (3) *Pessoas e Lugares* é o título do programa de Fernando Alves e do arquitecto Manuel Graça Dias que a TSF estreia no próximo domingo, às 11h. (*CetemPúblico*, par=ext15922-clt-97a-2)

- (4) A comissão do ensino superior do PCP apresenta no próximo domingo, num hotel de Lisboa, um Programa para o Desenvolvimento do Ensino Superior. (*CetemPúblico*, par=ext26899-clt-soc-93b-1)

Nas frases em (1)-(4), o Presente do Indicativo funciona como um verdadeiro futuro, na medida em que estabelece uma relação de posterioridade da situação descrita em relação ao momento da enunciação.

Com o presente trabalho, pretendemos: (i) investigar em que circunstâncias o Presente do Indicativo pode receber leituras de tipo futurativo; (ii) reconhecer quais as restrições a que tais interpretações estão sujeitas e (iii) encontrar uma descrição semântica tão adequada quanto possível para dar conta dos factos observados.

## **2 – Propostas de análise anteriores: Giannakidou (2014)**

Com base em trabalhos anteriormente levados a cabo (cf. Giannakidou & Mari, 2012; 2013), Giannakidou (2014) sugere que as leituras futurativas do Presente do Indicativo – pelo menos em Holandês, Grego e Italiano – resultam, em grande medida, das propriedades semânticas do referido tempo gramatical, em particular no que diz respeito à sua caracterização temporal.

Nesse sentido, assume, seguindo propostas como as de Broekhuis & Verkuyl (2014), um tratamento binário para a categoria tempo.

No que à referida categoria diz respeito, podemos destacar, na literatura, a existência de duas concepções divergentes: uma visão tripartida do tempo – análise que surge tomando como ponto de partida a proposta de Reichenbach (1947) e que reparte o eixo temporal em passado, presente e futuro – e uma análise binária do tempo, em que o eixo temporal é dividido em dois setores: passado e não-passado (i.e., [+PAST] e [-PAST]).

Como exemplos de tratamentos binários do tempo podemos destacar a proposta avançada por Declerck (1991; 2006), segundo a qual o domínio temporal é dividido em duas esferas principais: uma esfera do âmbito do passado e outra do âmbito do não-passado (que inclui, por conseguinte, a expressão do presente e do futuro); e a proposta de Broekhuis & Verkuyl

(2014), que assume a existência de três oposições binárias: presente vs. passado; síncrono vs. posterior; imperfeito vs. perfeito, esta última operativa ao nível aspetual.<sup>2</sup>

Num esquema binário deste género, o futuro perde o seu estatuto como elemento linguístico equiparável ao passado e ao presente. A expressão da prospetividade estaria, assim, incluída (e subordinada) no domínio geral do não passado. Por exemplo, Declerck (1991) trata o futuro como uma forma que se caracteriza por ser “posterior a presente”.

Como uma das consequências decorrentes desta conceção, Giannakidou (2014) assume que a morfologia de futuro em Grego, Italiano ou Holandês não veicula, de facto, temporalidade (os futuros linguísticos não seriam, em última instância, tempos gramaticais), mas que, pelo contrário, se constitui como um conjunto de formas que exprimem modalidade (o que explicaria, por exemplo, leituras não temporais, puramente epistémicas, do futuro, do género de “O João estará agora no Brasil”).

Numa conceção binária do tempo, o presente (= não passado) deixa de poder ser diretamente correlacionado com o momento da enunciação e passa a ser concebido como um tempo gramatical que localiza as situações que descreve num intervalo alargado e aberto que pode ou não incluir o tempo da fala (desde que não lhe seja totalmente anterior), mas que seguramente se prolonga muito para além deste. Nesse sentido, o Presente do Indicativo inclui porções de tempo que são posteriores ao “agora” da enunciação. Ora, se o Presente revela a capacidade de integrar períodos de tempo posteriores ao momento da enunciação, então poderá exprimir futuridade sem quaisquer problemas e, em particular, sem a necessidade de qualquer tipo de estipulação suplementar.

O Presente do Indicativo poderia, assim, por si só, localizar situações num intervalo de tempo posterior ao momento da enunciação, ou seja, estaria apto a receber uma interpretação inequívoca de futuro (cf. exemplos (1)-(4)). Nesse sentido, e segundo esta conceção binária do tempo, será

---

<sup>2</sup> Dada a complexidade das abordagens em apreço, não nos é possível, neste trabalho, discutir os seus pormenores. Limitar-nos-emos a realçar o facto de que ambas sugerem um tratamento bipartido para o tempo, i.e., defendem a ideia de que, em termos gerais, a distinção entre passado e não passado assume um papel mais relevante do que a divisão entre presente e futuro.

lícito afirmar que a morfologia de presente se revela capaz de veicular informação de futuridade e, em consequência, o Presente acaba por ser concebido como uma forma que, na realidade, exprime o “não passado”.

### 3 – Problemas para uma análise do Presente do Indicativo como uma forma de não passado em Português Europeu

Embora capaz de dar conta da existência de leituras futurativas associadas ao Presente do Indicativo em PE, a conceção do presente como uma forma de não passado levanta, apesar de tudo, problemas de grande complexidade.

Em primeiro lugar, se o Presente do Indicativo exprimisse, em termos semânticos, a ideia de não passado, frases envolvendo este tempo gramatical seriam sistematicamente ambíguas (ou, pelo menos, manifestariam alguma vaguidade) entre uma leitura de presente e uma interpretação futurativa. No entanto, não é isso que se observa. Em contexto neutro, ou seja, na ausência de elementos (linguísticos ou extralinguísticos) que explicitem e inequivocamente remetam para a posterioridade, os eventos, em combinação com o tempo gramatical em causa, dão preferencialmente origem a interpretações habituais, i.e., estruturas de reiteração de situações que decorrem num intervalo de tempo que inclui obrigatoriamente o momento da enunciação (cf. (5)-(6)), enquanto os estativos recebem uma leitura de presente real (cf. (7)-(8)).

- (5) Sabino C., espanhol, condenado a 20 anos por roubo qualificado, uso de documento falso e arma proibida e por evasão, **faz** artesanato na cela – reproduções de barcos antigos – que **vende** para o exterior. (*CetemPúblico*, par=ext27812-soc-93a-1)
- (6) **Dorme** mal («o meu sono é medíocre»), **levanta-se** às oito e meia da manhã, **lê** os jornais, das 10 às 14 **trabalha** no escritório, saleta penumbrea da vivenda que lhe cabe em S. Bento, **almoça** breve («sozinho, num quarto de hora») e **dorme** a sesta. (*CetemPúblico*, par=ext129489-pol-93b-2)
- (7) Manuel Guerra é diplomado em Teatro e Artes do Espectáculo pela Universidade de Paris e **é professor** na Escola Superior de

Educação de Coimbra e director artístico d'*O Teatrão – Teatro para a Infância de Coimbra*. (*CetemPúblico*, par=ext7615-soc-96a-3)

- (8) Martin Scorsese **adora** personagens que vivem nos extremos, o género de tipos constantemente empoleirados entre a vida e a morte. (*CetemPúblico*, par=ext127685-nd-95b-1)

Uma observação semelhante pode estender-se aos casos envolvendo o Imperfeito:<sup>3</sup> este tempo gramatical, em contexto neutro, estabelece com o Ponto de Perspetiva Temporal com que ocorre uma relação de sobreposição, seja graças à interpretação habitual dos eventos (cf. (9)), seja porque os estativos desencadeiam uma leitura sistemática de inclusão de um intervalo passado (cf. (10)), não se verificando, também aqui, qualquer tipo de ambiguidade entre uma leitura de sobreposição a passado e uma interpretação de posterioridade.

- (9) Nos hospitais, tal como os outros poetas, **fazia** recitais, **lia** poemas aos combatentes feridos. (*CetemPúblico*, par=ext7599-clt-92a-2)
- (10) Will Durant **era professor** na Ferrer Modern School, fundada por um grupo de anarquistas de Nova Iorque, quando se apaixonou pela mais velha das suas alunas (...). (*CetemPúblico*, par=ext92229-nd-91b-2)

A confirmar o facto de que uma leitura de posterioridade não depende crucialmente das propriedades semânticas intrínsecas do Presente (ou do Imperfeito), observem-se casos em que, dada a impossibilidade de repetição das eventualidades envolvidas, uma leitura habitual é bloqueada.

---

<sup>3</sup> Embora estejamos plenamente conscientes de que, em termos semânticos, são muitas as divergências que separam o Presente do Indicativo do Imperfeito, optámos por incluir alguns exemplos em que figura esta forma do passado no sentido de ilustrar os paralelismos que se observam, em termos da expressão da posterioridade, entre os tempos gramaticais em apreço. Como procuraremos demonstrar ao longo deste trabalho, as condições de licenciamento de interpretações futurativas do Presente são, em grande medida, semelhantes às que viabilizam uma leitura paralela do Imperfeito, salvaguardada a diferença de que, no primeiro caso, o Ponto de Perspetiva Temporal selecionado é o momento da enunciação e, no segundo, é um dado intervalo relevante do passado.



Se o Presente do Indicativo estivesse associado, por si só, a um intervalo de tempo não passado, seria expectável que, não se encontrando disponível uma interpretação que remete para a sobreposição das situações descritas com o momento da enunciação, uma leitura de tipo futurativo seria de imediato viabilizada. Não é isso, no entanto, o que sucede, como a anomalia exibida pelos exemplos seguintes nos revela:

(11)# O João parte o braço à saída da escola.

(12)# A bomba explode no átrio do hotel.

Uma vez mais, o Imperfeito revela um comportamento análogo ao do Presente: frases como as de (13) e (14) parecem não poder receber uma leitura de posterioridade a passado.

(13)# O João partia o braço à saída da escola.

(14)# A bomba explodia no átrio do hotel.

Um segundo argumento que, de alguma forma, contraindica a adoção de um tratamento para as leituras futurativas do Presente do Indicativo como sendo o resultado de uma bipartição entre um domínio passado e um domínio não passado prende-se com a existência de restrições semânticas quanto à possibilidade de o Presente do Indicativo manifestar posterioridade, mesmo estando reunidas as condições para que tal pudesse vir a acontecer.

Observamos, por exemplo, que os estados de indivíduo manifestam uma certa resistência à coocorrência com o Presente do Indicativo na expressão da prospectividade, tal como demonstram os seguintes contrastes:

(15)# O João tem varicela daqui a uns dias.

(16) O João vai ter varicela daqui a uns dias.

(17)# Quando acabar o curso, o João é um bom médico.

(18) Quando acabar o curso, o João vai ser um bom médico.

(19)# “E se, numa bicha, encontrar alguém a murmurar contra a demora responder-lhe-ei que, quando chegar a sua vez, também **gosta** de ser bem atendido.”

- (20) “E se, numa bicha, encontrar alguém a murmurar contra a demora responder-lhe-ei que, quando chegar a sua vez, também vai gostar de ser bem atendido.” (*CetemPúblico*, par=ext833088-soc-95a-2)

As restrições que, em certa medida, parecem tornar o Presente do Indicativo menos adequado para a expressão da posterioridade em comparação com outros mecanismos linguísticos que inequivocamente remetem para a futuridade não se limitam às dificuldades de coocorrência com os estativos. Na realidade, e como é comumente assumido na literatura (cf. e.g. Copley, 2009; Silva, 1997; Martín, 2008), o uso do Presente do Indicativo com valor de futuro está fortemente ligado à expressão da planificação (cf. (21)), da iminência (cf. (22)) ou da assunção de um alto grau de certeza (cf. (23)):

(21) Amanhã eu acabo o artigo e parto de férias.

(22) O João chega em cinco minutos.

(23) Amanhã chove.

Se, no entanto, nenhum destes valores se revelar particularmente saliente no discurso, o uso do Presente do Indicativo com uma interpretação futurativa, mesmo com eventos, parece revelar-se (pelo menos no entender de alguns falantes) algo inadequado, como indicado pelos seguintes contrastes:

(24) # O grupo de leões caça um gnu daqui a dois dias.

(25) O grupo de leões vai caçar um gnu daqui a dois dias.

(26) # O fogo consome a floresta daqui a uma semana.

(27) O fogo vai consumir a floresta daqui a uma semana.

Ora, tendo em consideração os dados que acabámos de apresentar, parece-nos plausível assumir que, se o Presente do Indicativo exprimisse simplesmente o conceito de não passado, nada justificaria a emergência das limitações interpretativas aqui observadas. Por outras palavras, a leitura de futuridade do Presente do Indicativo deveria ser sistematicamente obtida,

na medida em que derivaria diretamente do seu perfil semântico básico; no entanto, e atendendo às restrições apontadas, tal nem sempre se verifica.

Um terceiro argumento contrário a uma análise do Presente do Indicativo como correspondendo a uma verdadeira forma de não passado tem a ver com o facto de se tornar necessário, para se obter uma leitura futurativa com o referido tempo gramatical, o recurso a elementos linguísticos ou contextuais adicionais que, de algum modo, remetam para a orientação prospetiva da eventualidade em questão.

Na realidade, tanto as leituras prospetivas do Presente do Indicativo quanto as do Imperfeito requerem obrigatoriamente a presença, implícita ou explícita, de algum elemento adicional que exprima orientação para o futuro, o que se traduz, na maioria dos casos, no recurso a adverbiais temporais como os representados em (28)-(30):

(28)[As] Cramol cantam ao vivo **no Ano Novo**. (*CetemPúblico*, par=ext22684-clt-96b-1)

(29)O primeiro-ministro, coronel Vasco Gonçalves, fala **amanhã** ao país, em princípio às 21h, através da Radiotelevisão Portuguesa. (*CetemPúblico*, par=ext728732-nd-94b-3)

(30)**Dois dias depois**, a senhora recebia o extracto bancário. (*CetemPúblico*, par=ext36825-soc-94b-1)

Com efeito, as leituras futurativas do Presente do Indicativo e do Imperfeito em configurações como (28)-(30) parecem depender crucialmente da presença dos adverbiais temporais orientados para o futuro (a saber, “no Ano Novo”, “amanhã” e “dois dias depois”). Caso estes elementos sejam retirados, a interpretação preferencial atribuída às frases em apreço torna-se substancialmente diferente, como podemos observar nos exemplos que se seguem:

(31)[As] Cramol cantam ao vivo.

(32)O primeiro-ministro, coronel Vasco Gonçalves, fala ao país através da Radiotelevisão Portuguesa.

(33)A senhora recebia o extracto bancário.

É interessante observar que frases em tudo idênticas a (28)-(30), excetuando no que se refere aos elementos linguísticos que exprimem posterioridade, em particular os advérbios temporais, recebem, agora, interpretações bastante distintas. Com efeito, (31) parece significar que as Cramol normalmente cantam ao vivo (e não, por exemplo, em gravações ou *videoclips*); (32) sugere que a forma habitual de o primeiro-ministro se dirigir ao país é através da Radiotelevisão Portuguesa e (33) parece indicar que a senhora costumava receber regularmente o seu extrato bancário. Por outras palavras, (31)-(33) manifestam uma leitura preferencial de habitualidade.<sup>4</sup>

Se o Presente do Indicativo representasse uma forma de não passado, incorporaria, por princípio, no seu perfil semântico básico, algum tipo de informação respeitante à expressão da futuridade. Nesse caso, deveria ser possível obter leituras equivalentes entre os conjuntos de exemplos em (28)-(30) e em (31)-(33). No entanto, não é isso que se verifica: a mera supressão de expressões linguísticas que remetem para a posterioridade parece ser suficiente para alterar a interpretação preferencial conferida às frases em apreço, sendo a leitura de futuro tipicamente substituída pela de habitualidade.

Em suma, diremos que (i) a inexistência de ambiguidade (ou, pelo menos, de um certo grau de vaguidade) nas interpretações atribuídas ao Presente do Indicativo entre uma leitura de sobreposição e uma interpretação de posterioridade, (ii) as restrições manifestadas por este tempo gramatical no que respeita à possibilidade de integrar estruturas que veiculam futuridade e (iii) a obrigatoriedade da presença de elementos linguísticos ou extralinguísticos claramente prospetivos para o licenciamento das interpretações em apreço levam-nos a concluir que uma análise do Presente do Indicativo como um tempo que exprime não passado se revela manifestamente insuficiente para dar conta dos dados

---

<sup>4</sup> Com estas observações não queremos, naturalmente, sustentar a ideia de que uma leitura de posterioridade associada ao Presente do Indicativo depende única e exclusivamente da presença de advérbios temporais que remetam para um intervalo futuro; no entanto, parece-nos lícito admitir que, para que uma tal interpretação seja viabilizada, estejam disponíveis informações de cariz linguístico ou contextual que inequivocamente apontem para a futuridade.

observados no Português Europeu.

Coloca-se, por conseguinte, a questão de saber como são obtidas as leituras prospetivas do Presente do Indicativo. Por outras palavras, importa esclarecer quais são os mecanismos linguísticos que, efetivamente, se encontram envolvidos na obtenção deste género de interpretações.

Exploraremos, neste trabalho, a hipótese de que as leituras futurativas do Presente do Indicativo (e, provavelmente, também do Imperfeito) resultam da aplicação de um mecanismo de coerção ou de mudança temporal, em certa medida semelhante ao que se pode observar no âmbito das classes aspetuais de predicacões.

#### **4 – As interpretações prospetivas do Presente do Indicativo e a noção de mudança temporal**

##### **4.1 – A coerção no domínio aspetual**

A ideia de que a classe aspetual básica de uma predicacão pode ser facilmente comutada numa categoria diferente, de tipo derivado, é, desde há muito, comumente aceite na literatura e foi largamente explorada por autores como Moens (1987), Moens & Steedman (1988), de Swart (1998), entre muitos outros. Por exemplo, Moens propõe uma Rede Aspetual capaz de dar conta dos diversos tipos de transições e percursos possíveis para cada classe aspetual de predicacão.

Resumimos, em seguida, os ingredientes básicos que compõem o mecanismo de comutação ou de coerção aspetual:

- Um “input” ou categoria de entrada: trata-se da classe aspetual da predicacão que vai ser sujeita a alterações ao nível do seu perfil temporal interno básico;
- Um mecanismo de comutação ou de mudança aspetual: pode ser desencadeado ou por operadores, i.e., formas linguísticas que codificam lexicalmente a alteração em causa; ou por elementos que, de um modo ou de outro, entram em conflito (*mismatch*) com as propriedades básicas da situação com que se combinam,

- desencadeando a sua reinterpretação;
- Um “output” ou categoria de saída: trata-se da classe aspetual final que vai caracterizar a predicação depois de sujeita ao mecanismo de coerção.

Assim, por exemplo, em PE, o Progressivo toma como seu “input” situações de tipo processual que são comutadas num “output” de cariz estativo (os designados estados progressivos) graças à intervenção de um operador aspetual (neste caso, a forma verbal *estar a*) (cf. Cunha, 1998a). De um modo semelhante, o operador *acabar de* toma como seu “input” predicções de tipo processual, convertendo-as, no entanto, em “outputs” de natureza bem diversa, a saber em culminações (cf. Cunha, 1998b; Oliveira *et al.*, 2004).

Por outro lado, numa frase como “O João leu o livro durante meia hora”, temos uma situação de base que corresponde a um processo culminado. No entanto, o adverbial temporal “durante meia hora” entra em conflito com as propriedades aspetuais básicas da predicação em causa, forçando a sua reinterpretação como processo.

Será possível estender um tratamento deste género a alterações que se observam num domínio essencialmente temporal? A hipótese que iremos desenvolver na próxima subsecção do nosso trabalho pretende responder afirmativamente a esta questão, procurando analisar as interpretações futurativas do Presente do Indicativo como o resultado da aplicação de um mecanismo de coerção ou de mudança temporal.

## 4.2 – A mudança no domínio temporal

Em primeiro lugar, começaremos por assumir, em linha com o que tem sido defendido na literatura para o PE (cf. Peres, 1993; Oliveira & Lopes, 1995; Oliveira, 2003) que o perfil temporal básico do Presente do Indicativo corresponde a uma relação de sobreposição ao momento da enunciação (mais especificamente, o intervalo ocupado por uma eventualidade no Presente do Indicativo inclui tipicamente o “agora” da enunciação) e que o perfil temporal básico do Imperfeito corresponde a uma relação

de sobreposição a um dado Ponto de Perspetiva Temporal passado (que, de novo, se traduz usualmente na inclusão do PPT relevante no intervalo ocupado pela situação no Imperfeito).

Uma análise deste género implica, em última instância, que as leituras prospetivas do Presente e do Imperfeito não estão diretamente codificadas nas suas propriedades semânticas básicas, tal como defendido por Giannakidou (2014) para as formas do Presente em Grego, Italiano e Holandês. Como poderemos, então, obter uma descrição satisfatória para exemplos em que estes tempos gramaticais exprimem futuridade?

Tendo em conta que, para obter leituras prospetivas com o Presente do Indicativo, em PE, parece ser necessária a presença de elementos externos (de natureza linguística ou contextual) que as licenciem, colocaremos a hipótese de que estamos perante casos de coerção ou de mudança ao nível temporal.

Assim, uma hipótese como esta poderia tomar como base os seguintes componentes, que, em conjunto, configurariam a mudança temporal:

- A relação temporal de sobreposição ao momento da enunciação para o Presente do Indicativo (e de sobreposição a um dado PPT passado para o Imperfeito) constituir-se-ia como “input” ou “perfil” temporal de partida.
- Adverbiais temporais que remetem para a posterioridade como “amanhã”, “na próxima semana”, “no dia seguinte”, “daí a dois dias”, etc. entrariam em conflito com as propriedades básicas dos tempos gramaticais com que se combinam, forçando a sua reinterpretação em termos de prospetividade;<sup>5</sup>
- Como resultado da coerção ou mudança temporal obteríamos “outputs” ou relações temporais de saída diferentes dos “inputs” originais: no caso do Presente do Indicativo teríamos uma leitura de futuro; no caso do Imperfeito, uma interpretação de futuro do passado.

---

<sup>5</sup> Sublinhe-se que, em muitos casos, fatores contextuais podem igualmente condicionar leituras futurativas do Presente do Indicativo, pelo que também estes deverão ser tidos em conta como desencadeadores de mudança temporal em configurações deste género.

### 4.3 – Algumas vantagens da hipótese da coerção temporal

Quando comparada com a proposta avançada por Giannakidou (2014) para a caracterização das leituras futurativas do Presente do Indicativo, a análise em termos de mudança temporal que acabámos de apresentar parece trazer algumas vantagens. Destacamos as que se apresentam a seguir.

Dado que, em termos semânticos, o Presente do Indicativo remete de forma sistemática para um intervalo que inclui o momento da enunciação, já que as suas aceções futurativas seriam o resultado da comutação temporal desencadeada por certos elementos linguísticos ou extralinguísticos, em contexto neutro não se espera qualquer tipo de ambiguidade ou de vaguidade no que diz respeito à sua interpretação, sendo expectável que as leituras habituais ou de “presente real” sejam preferencialmente selecionadas (cf. a discussão dos exemplos (5)-(8) na secção 3).

Uma outra vantagem da proposta que aqui estamos a advogar prende-se com a acomodação de certas restrições que vimos existirem no que se refere ao licenciamento das leituras prospetivas do Presente do Indicativo. Em particular, observámos que os estados de indivíduo parecem oferecer uma maior resistência à combinação com o Presente do Indicativo numa interpretação de cariz futurativo. Ora, se assumirmos que uma das características fundamentais da referida classe aspetual é a sua “estabilidade”, não apenas em termos aspetuais, mas também a nível temporal (e.g. revelam alguma dificuldade em coocorrer com advérbiais temporais de localização precisa, cf. “# O João vai ser gordo amanhã”; “# A Ana vai ser alta no dia 2 de janeiro de 2025”), não surpreende que este tipo de situações se revele menos apto a participar num mecanismo de coerção no que respeita à sua localização temporal.

Finalmente, se tivermos em conta que é a intervenção de formas linguísticas prospetivas, como certos advérbiais temporais, que se constitui, num número significativo de casos, como a principal responsável pela emergência das leituras futurativas do Presente do Indicativo - e não propriamente as características semânticas do tempo gramatical em causa -, então teremos uma explicação bastante plausível para os contrastes interpretativos que constatámos entre (28)-(30), por um lado, e (31)-(33), por outro. Ou seja, o facto de os advérbiais temporais orientados para o



futuro alterarem substancialmente a interpretação final das predicções com o Presente do Indicativo a que se associam sugere que a sua participação é crucial para a obtenção de leituras de posterioridade nos referidos contextos.

Sublinhe-se, ainda, que a consideração da existência de um mecanismo de mudança temporal que, graças à intervenção de elementos linguísticos ou extralinguísticos adicionais, permite converter uma relação de sobreposição numa relação de posterioridade nos abre a possibilidade de propor um tratamento unificado para as leituras prospetivas do Presente do Indicativo e do Imperfeito, que, como tivemos oportunidade de constatar, revelam semelhanças bastante significativas a este respeito. A mera adoção, a nível temporal, de uma oposição entre um domínio passado e um domínio não passado não seria suficiente, por seu lado, para dar conta, de forma explícita, do paralelismo em questão.

É igualmente interessante constatar que, se a abordagem que temos vindo a propor se revelar adequada para a descrição dos factos linguísticos que temos vindo a observar, teremos um mesmo mecanismo – a coerção – capaz de atuar em domínios semânticos diferentes – o do Aspeto e o do Tempo –, o que o converteria num princípio de âmbito bastante geral na modelação do significado das línguas naturais.

## **5 – Conclusão**

Constatámos que, em línguas como o Português Europeu, reunidas certas condições de licenciamento, o Presente do Indicativo – tal como o Imperfeito – revela a capacidade de projetar as situações com que coocorre num intervalo de tempo prospetivo.

Uma hipótese de explicação para um tal facto poderia passar, na esteira de propostas como as desenvolvidas por Giannakidou (2014), por considerar que o Presente do Indicativo remete para um domínio temporal não passado, i.e., capaz de incluir intervalos que se sobrepõem e/ou que se seguem ao momento da enunciação.

Esta linha de análise enfrenta, contudo, um conjunto de problemas de difícil resolução: prevê, contrariamente aos factos, leituras ambíguas

ou vagas para o Presente do Indicativo; não responde satisfatoriamente a certas restrições observadas no que respeita às (im)possibilidades de licenciamento de leituras futurativas e não dá conta do papel crucial desempenhado por expressões linguísticas prospetivas como certos adverbiais temporais na interpretação final das configurações em questão.

No sentido de encontrar uma solução mais adequada para os problemas descritos, propusemos considerar as interpretações futurativas do Presente do Indicativo como um caso de coerção ou de mudança temporal, em que uma relação de sobreposição ao momento da enunciação é convertida numa relação de posterioridade.

Uma abordagem deste género permite não apenas encontrar soluções para os problemas levantados pela proposta de bipartição do domínio temporal entre passado e não passado como revela a vantagem adicional de proporcionar um tratamento unificado para as leituras prospetivas do Presente do Indicativo e do Imperfeito, possibilitando igualmente conceber a coerção como um mecanismo comum que atua em diferentes áreas da semântica, em particular ao nível do Tempo e do Aspeto.

Dado que as leituras futurativas do Presente do Indicativo localizam as proposições com que coocorrem num intervalo posterior ao tempo de avaliação do seu valor de verdade, é imperioso investigar as propriedades modais que lhes estão associadas (cf. Copley, 2009). No entanto, a concretização de um tal objetivo implica obrigatoriamente a comparação deste tipo de configurações com outras formas de expressão do futuro, em particular com o Futuro Simples do Indicativo e com a construção *ir* + Infinitivo, pelo que deixaremos esta análise para um próximo trabalho. Estamos, no entanto, conscientes de que uma caracterização semântica adequada deste género de estruturas só será possível se for tido em conta o papel fundamental que a modalidade desempenha na sua interpretação final.

## REFERÊNCIAS

- Broekhuis, H.; Verkuyl, H. J. 2014. “Binary Tense and Modality”. *Natural Language and Linguistic Theory*, 32 (3): 973-1009.
- Copley, B. 2009. *The Semantics of the Future*. Londres / Nova York: Routledge.
- Cunha, L. F. 1998a. *As Construções com Progressivo no Português: uma Abordagem Semântica*. Dissertação de Mestrado, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Cunha, L. F. 1998b. Os Operadores Aspectuais do Português: Contribuição para uma Nova Abordagem. *Cadernos de Linguística*, 1. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- De Swart, H. 1998. “Aspect Shift and Coercion”. *Natural Language and Linguistic Theory*, 16 (2): 347-385.
- Declerck, R. 1991. *Tense in English: its Structure and Use in Discourse*. Londres / Nova York: Routledge.
- Declerck, R. 2006. *The Grammar of the English Tense System*. Berlim: Mouton de Gruyter.
- Giannakidou, A. 2014. “The Futurity of the Present and the Modality of the Future: a Commentary on Broekhuis and Verkuyl”. *Natural Language and Linguistic Theory*, 32 (3): 1011-1032.
- Giannakidou, A.; Mari, A. 2012. “The Future of Greek and Italian: an Epistemic Analysis”. *Proceedings of Sinn und Bedeutung*, 17: 255-270.
- Giannakidou, A.; Mari, A. 2013. “A Two Dimensional Analysis of the Future: Modal Adverbs and Speaker’s Bias”. *The Proceedings of the 19th Amsterdam Colloquium*, Vol. 2013: 115-122.
- Kamp, H.; Reyle, U. 1993. *From Discourse to Logic. Introduction to Model-Theoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Martín, A. B. 2008. *La Perífrasis “Ir a + Infinitivo” en el Sistema Temporal y Aspectual del Español*. Dissertação de Doutorado, Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Moens, M. 1987. *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Dissertação de Doutorado, Edimburgo: Edinburgh University.
- Moens, M.; Steedman, M. 1988. “Temporal Ontology and Temporal Reference”. *Computational Linguistics*, 14: 15-28.
- Oliveira, F. 2003. “Tempo e Aspecto”. In M. H. Mateus; A. M. Brito; I. Duarte; I.

- Faria (orgs.) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Oliveira, F.; Lopes, A. C. M. 1995. "Tense and Aspect in Portuguese". In R. Thieroff (ed.), *Tense Systems in European Languages. Vol II*. Tübingen: Niemeyer, 95-115.
- Oliveira, F.; Cunha, L. F.; Gonçalves, A. 2004. "Aspectual Verbs in European and Brazilian Portuguese". *Journal of Portuguese Linguistics*, 3 (1): 141-173.
- Peres, J. A. 1993. Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese. *Cadernos de Semântica*, 14. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Reinchenbach, H. 1947. *Elements of Symbolic Logic*. Londres: Macmillan.
- Silva, A. 1997. *A Expressão da Futuridade na Língua Falada*. Dissertação de Doutoramento, Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Estudos da Linguagem.